

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA TRINTA DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE**

----- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se no Salão do Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2 – ORDEM DO DIA -----

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; -----

b) Aprovação do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação; -----

c) Aprovação dos Documentos Previsionais para 2021 – Relatório do Orçamento, Orçamento, Normas para execução do Orçamento e Grandes Opções do Plano; -----

d) Demonstrações Financeiras do 1.º Semestre para conhecimento; -----

e) Autorização de Celebração de Acordos de Execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;

f) Revisão do Plano de Ajustamento Municipal; -----

g) Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

h) Renovação da deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de Fornos de Algodres datada de 29 de novembro de 2016, no âmbito da qual se procedeu à aprovação da abertura do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Administração Geral. -----

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

4 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, começando por desejar que tenham passado um Bom Natal, apesar das condicionantes que estão a atravessar. -----

----- Procedeu de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Carlos Manuel Andrade Costa, Rui Manuel Nunes Paulo Viçoso, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, José Aurélio Marques Veiga, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Nélvio Alexandre Ferreira Sequeira, Fernando Carlos da Costa Melo, Luís Miguel Pinto Moreira Menano, Cristina Maria Campos Guerra, Rui Pedro Bernardo dos Santos, Porfírio Simões Paraíso, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Delfim Pereira Rodrigues, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, José Joaquim dos Santos Nunes, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. Faltaram aos trabalhos os membros da assembleia Artur Francisco Almeida Oliveira e Nuno Jorge Porfírio Marques. -----

----- Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata da sessão ordinária de trinta de setembro de dois mil e vinte; interveio o membro da assembleia Luís Filipe Reis, solicitando que fosse acrescentada a afirmação "...ao contrário de outros que se encontram aqui presentes," à sua intervenção que consta na página cento e noventa e cinco, parágrafo seis, onde se lê: "... se o pesquisarem no google nada de mal encontrarão".

----- Ainda relativamente a esta matéria, o membro da assembleia Cristina Guerra advertiu que na Assembleia passada leu um requerimento o qual não se encontra nem transcrito nem apenso à ata. Depois de registadas as propostas de alteração à ata anterior, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Passou-se ao Período Antes da Ordem do Dia. Iniciou as intervenções deste ponto, o membro da assembleia Cristina Guerra com a leitura de vários requerimentos os quais se dão aqui como transcritos e, por isso, se anexam à ata. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia José Aurélio fazendo votos para que tivessem tido um Bom Natal e para reclamar sobre as condições de realização da Assembleia Municipal, nomeadamente em relação à temperatura do espaço, sugerindo, para o efeito, o anfiteatro da Associação de Promoção, uma vez que reúne todas as condições para a realização da mesma, com dignidade e conforto. -----

----- Seguidamente questionou o Sr. Presidente da Assembleia a que se deve a ausência dos meios de comunicação, visto que é de todo o interesse que estes estejam presentes, de modo a dar conhecimento ao povo do que se ali passa não havendo necessidade de escrutinar o assunto em todas as sessões, tendo o Sr. Presidente respondido de imediato que não houve qualquer tentativa de contacto por parte destes.

----- Congratulou-se com a maioria negativa encabeçada pelo PSD na Assembleia da República relativamente à redução de 50% do valor das portagens no interior do país, facto que considera de extrema importância, embora alguns membros do PSD, nomeadamente o Dr. Rui Rio terem afirmado tratar-se de um ato de irresponsabilidade a aprovação desta medida no Orçamento, uma vez que iria ter um impacto no valor de sessenta milhões de euros. -----

----- Prosseguiu manifestando o seu desacordo com as palavras proferidas por um elemento da Bancada do PS numa das sessões anteriores, ao afirmar que "*a reestruturação da dívida é uma grande obra deste executivo*", na medida em que a reestruturação da dívida é, pelo contrário, uma obrigação de todos os Municípios que se encontrem nessa situação, havendo, para o efeito, a publicação de um Decreto-Lei ao abrigo do qual esses Municípios se poderão candidatar de modo a ter disponibilidade financeira para as despesas correntes e capacidade de investimento e, deste modo, o executivo apenas cumpriu um Decreto-Lei. Foi também ali mencionada a dívida pesada da herança do PSD, com a qual concorda porque foram feitas algumas obras com as quais não pactuou; no entanto, ao que sabe, todos os empréstimos foram votados favoravelmente pelo PS juntamente com o PSD; ainda acerca desta matéria deixou uma questão no ar: "O que tinha Fornos de Algodres há trinta anos em termos de infraestruturas?" Tinha saneamento em Fornos de Algodres e água apenas em Fornos e Figueiró da Granja e alcatroamento nas povoações

servidas pela Estrada Nacional 16 e pela Estrada Nacional 330. Prosseguiu destacando, em linhas gerais, o investimento em infraestruturas que temos atualmente, a saber: -----

- Retificação de todas as estradas do concelho e acessos a todas as aldeias; -----
- Remodelação de toda a rede elétrica do concelho e eletrificação de quintas; -----
- Criação de infraestruturas de apoio social de extrema importância, denominadas de "Casas do Povo"; ---
- Remodelação de todas as Escolas Primárias do concelho, bem como a construção de Jardins de Infância;
- Construção da Urbanização Zona Sul; -----
- Edificação do Bairro das Capelas e respetivos acessos com base num projeto do GAT de Seia; -----
- Edificação da Escola C+S, do Pavilhão Gimnodesportivo, do Tribunal, GNR e Biblioteca; -----
- Reconversão do antigo colégio em Residência de Estudantes; -----
- Criação da Habitação Social; -----
- Criação de um Parque Industrial, embora reconheça que, presentemente, faria todo o sentido que tivesse sido feito de outra forma e com outro tipo de garantia para a Câmara Municipal; contudo, para a época foi inovador; -----
- Construção da Avenida do Cemitério que liga Fornos de Algodres ao IP5; -----
- Os Campos de futebol; -----
- Para além dos alcatroamentos iniciais fizeram-se retificações na maior parte de estradas do concelho. ---

----- Em suma, é nestas obras que está o legado do PSD e grande parte da dívida que foi contraída com o aval da maioria da Bancada do PS, alguns dos quais ainda se encontram na sala. -----

----- Interveio o membro da assembleia Manuel Gonçalves fazendo votos para que tivessem passado um Bom Natal, esperando que o Ano Novo se inicie com calma, visto o ambiente da sala estar um pouco tenso. Como membro eleito pela Assembleia Municipal para a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, informou os presentes que na última reunião foram apresentadas três moções, duas das quais do deputado municipal da Covilhã, Élio Fazendeiro, uma sobre a rodovia na Beira Interior, onde solicita que seja assegurado um serviço rápido e confortável de transporte no eixo Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco e, ainda, ligações diretas com o Norte e Litoral do país, justificado pelo elevado número de estudantes que frequentam as universidades do interior; requer, também, a extensão do intercidades de Lisboa, Covilhã e Salamanca e a reposição do Sudexpress. A segunda moção é relativa à rede de transportes públicos de passageiros para territórios de baixa densidade, ou seja, conceder à população do interior as mesmas condições em termos de mobilidade, da população do litoral. Houve, ainda, uma moção do deputado de Celorico da Beira Albino Bárbara relativamente à questão das portagens. Para 2021 está já aprovada uma redução das mesmas em 50%; contudo, essa proposta vai no sentido de, em 2022 haver uma redução do 50% valor pago em 2021 e, em 2023, haver uma abolição total das portagens na A23, A24 e A25. A concluir este assunto referiu que as moções foram aprovadas por unanimidade. -----

----- Informou, também, que foi aprovado por unanimidade um voto de pesar, respeitando um minuto de silêncio em honra da memória de Eduardo Lourenço, pensador da cultura portuguesa do distrito da Guarda.

----- Seguiu-se o membro da assembleia Fernando Melo começando por desejar a todos Boas Festas. Seguidamente demonstrou a sua preocupação perante o que foi reportado em todos os requerimentos lidos pela deputada Cristina Guerra, solicitando à Mesa da Assembleia que averigue a veracidade dos mesmos, uma vez que a função da Assembleia é fiscalizar. Alertou, também, para a questão das atas de reunião de câmara, na medida em que a última reunião teve lugar no dia 22 de dezembro de 2020; no entanto, só tiveram acesso às atas de 6 de novembro. Para além disso, não compreende porque é que relativamente a algumas reuniões de câmara, apenas têm acesso às minutas das atas. -----

----- Afirmou ainda que teve conhecimento que a Sra. Vereadora Maria Joaquina Domingues, no dia 6 de novembro de 2020, votou contra a ata de 23 de outubro de 2020, alegando que haviam sido acrescentadas afirmações que não havia proferido e, nessa medida, gostaria de questionar qual a legitimidade do Sr. Secretário ou do Sr. Presidente da Câmara que lhes permite retirar ou acrescentar declarações de outras pessoas. -----

----- Interveio o membro da assembleia Nélio Sequeira desejando a todos a continuação de umas Boas Festas e questionando o executivo sobre o ponto de situação do Canil Municipal e qual o seu impacto no concelho. Questionou, ainda, em que ponto se encontra o projeto WIFI FOR YOU que consiste na extensão de rede de internet a todo o concelho e qual a população que irá usufruir dessa medida. -----

----- Seguiu-se o deputado Rui Viçoso referindo que a sua intervenção vai no sentido de esclarecer qual o critério adotado no que toca à pavimentação de caminhos, uma vez que teve conhecimento que houve vários pedidos de empresários na área do Turismo Rural que foram negados e, deste modo, questionou o executivo se é mais relevante o alcatroamento de caminhos particulares, ou se não será mais importante dar apoio a empresas que criam postos de trabalho e rendimento para o concelho. -----

-----Relativamente ao Canil Municipal questionou o executivo o porquê de cometerem o mesmo erro pela segunda vez, na medida em que não faz sentido estar posicionado junto à escola e à piscina e, como é do conhecimento geral, já antes da expansão da vila, incomodava os moradores das zonas circundantes. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara começou por desejar a todos um Bom Ano Novo, esperando que o Natal tivesse corrido bem, apesar das circunstâncias em que vivemos. Relativamente à intervenção da deputada Cristina Guerra, afirmou que lhe serão facultados todos os elementos solicitados nos seus requerimentos, apesar de estranhar que, relativamente à FORAL, se tenha apenas referido ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vice-Presidente Alexandre Lote. Acrescentou que a Câmara Municipal tem sido alvo de uma vistoria por parte do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças e que todos os atos por ela mencionados já foram sujeitos ao escrutínio dessas duas entidades. -----

----- Relativamente à intervenção do membro da assembleia José Aurélio, o Sr. Presidente reconheceu que, de facto, se fizeram muitas obras em Fornos de Algodres, todavia, se olharmos para os concelhos limítrofes, nomeadamente para Aguiar da Beira ou Celorico da Beira, constatamos que têm as mesmas ou, talvez, mais obras do que nós, porém não têm dívida. Afirmou, ainda, que a reestruturação da dívida não foi uma obrigação legal, uma vez que houve municípios que decidiram não aderir ao FAM para reequilibrar as

contas; no caso da Câmara Municipal de Fornos de Algodres houve essa necessidade visto que quando o executivo tomou posse nem sequer havia verba para pagar os vencimentos dos funcionários, uma vez que o encargo era de cerca de dois milhões e duzentos mil euros num orçamento de seis milhões. Disse, ainda, que o deputado José Aurélio se veio vangloriar por algumas obras que fez no passado, no entanto, o povo fornense de imediato o julgou nas eleições seguintes, na medida em que apenas foram eleitos dois vereadores do PSD, estando ele em terceiro. Quanto à questão da eletrificação, talvez o Município já tenha efetuado mais ligações a quintas do que no tempo do seu mandato e, ao que sabe, iluminaram ruas em que não passava ninguém e daí, a consequência do apagão que se veio a verificar posteriormente. Para a história ficarão os encargos de dois milhões e duzentos mil euros num orçamento de seis milhões com que este executivo se deparou quando foi empossado, mais os passivos contingentes. A concluir referiu que não nega o passado e também elogiou muitas das obras que foram feitas, no entanto, só se poderão e deverão fazer obras quando há dinheiro. -----

----- Relativamente à questão do membro da assembleia Fernando Melo esclareceu que as atas são aprovadas pelo Órgão Autárquico, não cabendo nem ao Sr. Presidente da Câmara nem ao Sr. Secretário retirar ou acrescentar seja o que for dirigindo-se ao deputado Fernando Melo e referindo que escusa de vir com moralidades, já que conhece muito bem uma instituição denominada Centro de Desporto e Cultura, e gostaria, também, de saber que contas foram apresentadas pela referida entidade. -----

----- Em relação à intervenção do membro da assembleia Nélio Sequeira referiu que o Canil Municipal reúne todas as condições estipuladas pela lei, nomeadamente no que diz respeito à proteção dos animais, a primeira fase da obra já se encontra concluída, no entanto, prevê-se a necessidade de construir um segundo bloco, dado o aumento do número de animais. -----

----- Quanto ao projeto WIFI FOR YOU era também uma reivindicação da deputada Cristina Guerra em termos de orçamento, o qual permite à população de todas as freguesias do concelho terem acesso à internet. -----

----- Relativamente à intervenção do membro da assembleia Rui Viçoso questionou-o sobre que requerimentos deram entrada na Câmara Municipal a solicitar o alcatroamento de ruas, na medida em que tem conhecimento apenas de uma situação que custaria cerca de trinta mil euros, de modo a servir um empresário, ao qual foi transmitido que, de momento, não haveria disponibilidade financeira. -----

----- Em relação à questão do Canil Municipal ainda não houve reclamações para além da do deputado Rui Viçoso, quiçá porque a sua família possui um terreno nas imediações. -----

----- Passou-se à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: "Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de dezembro", tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício nº 1380 datado de 22 de dezembro de 2020, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. -----

----- Não havendo inscrições acerca deste ponto, passou-se de imediato à alínea b) da Ordem do Dia: “Aprovação do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação”, tendo o Sr. Presidente da Câmara referido que uma vez que não havia um documento que regulasse a atribuição para arrendamento da habitação social, foi necessário fazê-lo, louvando o excelente contributo da técnica de Serviço Social da Câmara, a Dra. Rosa Costa. Não havendo inscrições acerca desta alínea, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Passou-se à alínea c) da Ordem do Dia: “Aprovação dos Documentos Previsionais para 2021 – Relatório do Orçamento, Orçamento, Normas para execução do Orçamento e Grandes Opções do Plano”.

----- O Sr. Presidente da Câmara afirmou que é o último Orçamento desta legislatura e que em termos de valor é superior aos Orçamentos elaborados em anos anteriores; este acréscimo advém, por um lado, da Delegação de Competências na área da Educação para o Município de Fornos de Algodres e por outro, está associado à realização de obras cujo investimento é avultado, nomeadamente a remodelação do Mercado Municipal que aguarda parecer do Tribunal de Contas, a obra da Escola do 1.º Ciclo de Figueiró da Granja cujos trabalhos já se encontram em execução e a obra referente à área empresarial de Juncais. Relativamente à última obra informou que há uma candidatura que ainda não foi aprovada, estando a aguardar parecer da CCDRC; também já foi aberto concurso, encontrando-se na fase de verificação dos concorrentes. Referiu, igualmente, que foi aprovado por unanimidade um projeto para a requalificação da parte de trás da Santa Casa da Misericórdia, cuja candidatura foi também outorgada. De dizer, ainda, que este orçamento irá contemplar a área social, tendo em conta o que foi gasto nos últimos anos. -----

----- Relativamente ao Canil referiu que é uma obra importante para o concelho e que se encontra praticamente concluída. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que depois de várias negociações conseguiram uma redução na taxa de IMI que só foi exequível porque houve uma proposta de revisão do PAM (Plano de Ajustamento Municipal). A proposta da Câmara Municipal seria reduzir o IMI para 0,40%, contudo isso não foi possível face à dívida herdada do PSD, que acarretou consequências quer a nível de investimento quer a nível de captação de pessoas. Acrescentou que houve uma proposta da Câmara Municipal no sentido de diminuir, também, a taxa variável de IRS e a Derrama; no entanto, a lei do FAM não o permite. Ainda relativamente a esta questão, informou que várias Câmaras, em conjunto, estão em negociações com a tutela para que esta proceda a uma alteração à lei do FAM, para que no próximo ano se possa propor a redução destas taxas. A concluir, referiu que este é o Orçamento possível, onde temos um conjunto de investimentos de extrema importância para o concelho, não descurando as outras áreas, nomeadamente o apoio prestado às Juntas de Freguesia, relativamente às quais se irão debruçar novamente no próximo ano, na medida em que estão ao corrente das dificuldades que atravessam e, uma vez que se vai proceder à delegação de competências para as freguesias, espera que seja possível mexer nos meios de financiamento. Disse, ainda, que cerca de 13% do orçamento se destina ao pagamento da dívida. -----

----- No uso da palavra o membro da assembleia Álvaro dos Santos referiu que todos os anos são solicitados aos Presidentes de Junta contributos para a elaboração do Orçamento, contudo, esses contributos nem sempre são tidos em consideração; relativamente a este assunto abordou a questão do saneamento básico, afirmando que Figueiró da Granja tem uma ETAR relativamente recente mas que não serve uma grande parte da população, nomeadamente do Bairro da Cruzinha para cima; com base num estudo que fez e de acordo com opiniões que foi recolhendo de pessoas ligadas à área, chegou à conclusão de que a ETAR poderia ser ligada a outras freguesias, resolvendo, deste modo, a situação do saneamento, nomeadamente no que toca à IPSS cuja situação continua por resolver. Alertou, também, para a questão da sinalização que está obsoleta e concluiu solicitando que tivessem em consideração estes, e outros contributos dos Presidentes de Junta na elaboração do Orçamento, porque são muito importantes. -----

----- Interveio o membro da assembleia Maria João Castanheira questionando o Sr. Presidente da Câmara por que razão as Instituições sem fins lucrativos são dotadas de cento e trinta mil euros e as Juntas de Freguesia de cerca de setenta e dois mil euros, já que são estas que se encontram mais próximas da comunidade local, acrescentando que, como é do conhecimento geral, o contributo do Fundo de Financiamento não é suficiente para fazer face às necessidades da população e, nesse sentido, e de acordo com as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara, “o caminho da cooperação institucional deve existir com as Juntas de Freguesia”. Na sua opinião, esta cooperação não existiu nem com a intensidade nem com a operacionalidade merecidas. Proferiu, ainda, que não vislumbrou qualquer referência à freguesia da Matança nos documentos enviados, apesar de ter questionado o Sr. Presidente da Câmara, por escrito, no sentido de integrar a Matança no Orçamento. Para além disso, todos os anos lhes são pedidas propostas que considerem relevantes para o futuro do concelho e das freguesias e que devam constar da proposta de Orçamento Municipal, contudo, nada tem sido contemplado; as propostas apresentadas este ano foram as mesmas do ano transato, à exceção de uma obra que conseguiram concluir, nomeadamente o arranjo da estrada que liga a Fonte Fria ao Prado, a colocação de betuminoso e a definição das bermas da estrada para as Forcadas. -----

----- A concluir referiu que é com tristeza que lê que este Orçamento é focado nas pessoas. -----

----- Interveio o membro da assembleia Luís Ginja abordando a questão da pandemia e informando que de ontem, vinte e nove de dezembro para hoje, trinta de dezembro, duplicaram os casos de COVID-19 em duas instituições do concelho, deixando um abraço de solidariedade. -----

----- Relativamente ao Orçamento afirmou que não podemos esquecer que o passado ficará para sempre recordado pela dívida, na medida em que condiciona o futuro do concelho nos próximos quarenta anos e o atual executivo ficará para sempre recordado pelo trabalho excecional que desempenhou na sua renegociação. Prosseguiu referindo que o Orçamento ronda os nove milhões, sendo que um milhão se destina ao pagamento da dívida e que desde dois mil e treze até ao presente já se liquidou cerca de nove milhões de euros. Da elaboração do Orçamento destacou a construção da zona empresarial de Juncais, referindo que à data da tomada de posse deste executivo, a obra nem projeto tinha e que só passados

vinte anos e depois de uma revisão do PDM será possível lá construir alguma coisa; destacou a requalificação da Escola EB1 de Figueiró da Granja e a remodelação do Mercado Municipal. Adiantou que votar contra um orçamento em que a prioridade da Autarquia é a área empresarial e a educação, demonstra falta de preocupação pelas pessoas, discordando, por isso, da afirmação proferida pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Matança. A concluir referiu que o executivo tem obrigação moral para fazer o que bem entende porque foi sufragado pela população fornense. -----

----- Intveio o membro da assembleia Rui Furtado referindo que foi com tristeza que ao ler as atas das sessões anteriores, constatou que os deputados de ambas as cores partidárias se atacavam pessoalmente, acrescentando que atos destes não são próprios de quem enche a boca para falar de Democracia. -----

----- Relativamente ao Orçamento salientou a diferença de dotação na rubrica referente aos estudos, pareceres, projetos e consultadoria com noventa e cinco mil euros e a rubrica referente à formação apenas com três mil, quinhentos e vinte euros, sugerindo ao executivo mais investimento na formação do pessoal dos quadros o que implicaria uma redução na contratação de serviços externos. Afirmou, também, que vê com bons olhos a requalificação do Mercado Municipal; no entanto, para si, seria prioritária a rubrica viadutos, arruamentos e obras complementares, nomeadamente a reestruturação de algumas estradas e diversos caminhos públicos que servem atividades empresariais e turísticas, uma vez que sem boas vias de comunicação o concelho jamais se irá desenvolver, nomeadamente a requalificação urgente da estrada "Muxagata-Fuinhas" e da estrada "Algodres-Maceira". Em complemento e a concluir constatou que à semelhança do mandato anterior, a rubrica "Outros" continua com um valor avultado, o que é incompreensível dado que desconhecemos em que se subdivide. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio reafirmou que a reestruturação da dívida advém de um decreto-lei promulgado para aliviar a carga da dívida de forma a possibilitar aos Municípios a capacidade de investimento. No decorrer destes sete anos, o investimento está plasmado nos Orçamentos elaborados pelo Município em "despesas/investimento" e ronda um milhão e duzentos mil euros; para além da reestruturação se juntarmos a moratória de prorrogação de capital deste ano, o valor ultrapassa os nove milhões de euros e, em questão de obras, foi feito praticamente zero. Referiu, ainda, que no início do mandato, o Sr. Presidente da Câmara solicitou ideias que contribuíssem para o desenvolvimento do concelho e, à data, ele, José Aurélio, deixou algumas sugestões que julgou pertinentes, para atrair empresas e criar postos de trabalho no privado, nomeadamente a criação de um Banco de Terras, a melhoria do Gabinete de Apoio através da contratação de técnicos, a celebração de protocolos com o IPV (Instituto Politécnico de Viseu) e com o IPJ (Instituto Português da Juventude). Prosseguiu referindo que o concelho tem todas as condições para ter uma plantação de castanheiros, exemplificando com o concelho de Trancoso que arrecada cerca de sete milhões por ano com a produção da castanha. Adiantou que seria igualmente importante atrair as camadas mais jovens para a área agrícola e incentivá-los nesse sentido; propôs, também, a criação de um nicho de empresas e a instalação de pavilhões para quem pretendesse

instalar-se no concelho, com regras a cumprir pelos empresários e que, em caso de incumprimento, os terrenos reverteriam para a Câmara Municipal. -----

----- Relativamente ao Mercado Municipal reconhece que precisa de uma intervenção e reconhece também, a necessidade de um pavilhão polivalente para outro tipo de atividades; no entanto, acha que poderiam ter ido mais além, ou seja, poderiam ter ocupado uma área degradada, como por exemplo as antigas instalações da Madeicol e construir aí o referido pavilhão. -----

----- Relativamente ao Orçamento e Plano de Atividades, constatou que não há ideias novas, referindo, a título de exemplo, que seria importantíssimo haver fibra ótica em todo o concelho, assim como a substituição das luminárias por LED'S e a instalação de painéis fotovoltaicos, devendo a Câmara Municipal dar o exemplo e instalá-los no edifício dos Paços do Concelho, de modo a minimizar os custos com a energia. Proferiu, ainda, que o executivo tem tido o cuidado acrescido em falar da dívida, no entanto, não têm esse cuidado com as despesas correntes que sobem em flecha, para além de manterem quatro políticos em funções, que custam num mandato, oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e dois cêntimos, o que não faz sentido, e esse valor poderia ser revertido a favor das Juntas de Freguesia, porque são elas que estão na linha da frente. A concluir, disse que os protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia não fazem sentido porque as verbas são insuficientes para fazer face às necessidades da população. -----

----- No uso da palavra, o membro da assembleia Fernando Melo corroborou com as palavras proferidas pela Sra. Vereadora do PSD na reunião de câmara relativa ao Orçamento, ou seja, três anos depois e a caminho do quarto Orçamento "continuamos com uma mão cheia de nada" e ninguém fala das despesas correntes que rondam os seis milhões de euros, 30% das quais são com despesas com pessoal e 22% com aquisição de bens e serviços. Foi ali referido que estávamos perante um Orçamento virado para as pessoas; no entanto, no Programa de Ação Social constatamos uma verba de dezassete mil trezentos e setenta e cinco euros e, em contrapartida, no Programa de Bem Estar e Saúde Animal temos uma verba de quarenta e sete mil euros. Por sua vez, o Turismo e a Agricultura foram contemplados com quarenta e cinco mil e trezentos e setenta e cinco euros e vinte e seis mil e quinhentos euros, respetivamente. Face ao exposto, a intenção de voto da Bancada do PSD será contra o Orçamento. -----

----- Interveio o membro da assembleia Manuel Gonçalves congratulando-se porque na parte da execução orçamental e em tudo o que está relacionado com as regras gerais da elaboração do Orçamento, foram impecáveis, estando bem plasmada a preocupação com a área social, o apoio aos agricultores e todas as valências da sociedade. Referiu, também, que devido às medidas adotadas pelo executivo relativamente ao apoio prestado aos ovinicultores, assistimos a uma situação que, no passado, parecia impossível, o rápido escoamento da produção e venda de Queijo da Serra, produto que projeta o nosso concelho em todo o mundo, uma vez que há já pessoas de outros países a encomendar o nosso queijo através da plataforma online, acabando, de igual modo, por constituir uma projeção na área turística. -----

----- Em relação à questão do IMI referiu que ao abrigo do que foi acordado com o FAM, conseguiram uma redução de 0,45% para 0,43%, com o objetivo de, até 2023 se conseguir reduzir para 0,40%. Adiantou que ele próprio se bateu por esta redução de maneira a ficarem equiparados aos concelhos vizinhos; contudo, a questão da dívida é real, não pondo em causa o que foi feito ou não, na medida em que cada Presidente de Câmara tem a sua perspetiva política, acreditando que todos os que por lá passaram tiveram a vontade de fazer o melhor em prol do concelho. A verdade é que, em 2013, quando o atual executivo tomou posse se deparou com uma dívida que rondava os tinta e quatro milhões de euros e, como não havia verba, fez-se um Plano de Reequilíbrio Financeiro. Acrescentou que em 2009 aquando do Reequilíbrio Financeiro, a Câmara foi obrigada a alienar património nomeadamente o Antigo Ciclo, Residência de Enfermeiros, duas lojas na Zona Sul e o apagão, por conta de uma dívida que continua a existir e condiciona todos os Orçamentos futuros elaborados pela Câmara Municipal; daí de salientar o ótimo trabalho do Sr. Presidente Dr. Manuel Fonseca junto do FAM no sentido de reestruturar a dívida e possibilitar a elaboração deste Orçamento. De dizer ainda que relativamente ao IMI a variação de 0,45% para 0,43% representa um abatimento de 5% no total do IMI, que corresponderá a cerca de vinte e três mil euros. A concluir solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que se una a outros concelhos no sentido de fazer pressão, de modo a aliviar os Municípios que se encontram em reestruturação financeira. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado Fernando Melo, o Sr. Presidente da Câmara referiu ter apreciado muito as sugestões apresentadas pelo PSD para a elaboração do Orçamento, ou seja, a meia dúzia de linhas e as frases vagas que demonstraram o pouco interesse do partido na elaboração do mesmo.

----- Em relação à comparação que o mesmo deputado fez entre Ação Social e Proteção Animal, o Sr. Presidente esclareceu que uma coisa é o investimento outra é a despesa corrente acrescentando que o investimento no canil tinha de ser feito e, logicamente, em termos de despesa corrente, o canil tem uma rubrica menor que a da Ação Social; falando em Ação Social, recordou que foi este executivo que criou o programa de teleassistência para os mais idosos, e o Programa de Emergência Social para apoiar as pessoas mais carenciadas, para além do contributo que tem prestado ao Projeto Fornos-Vida. No que concerne às despesas correntes referiu que o Sr. deputado Fernando Melo deveria compará-las com as dos anteriores executivos, na medida em que conseguiram reduzir o valor gasto em combustíveis e em brindes e, para além disso, rescindiram o contrato com o avençado cuja despesa rondava os mil euros, já para não falar nas ajudas de custo de determinados funcionários. -----

----- Relativamente à composição do executivo afirmou que o Sr. deputado José Aurélio já não está ao corrente das exigências de uma Câmara Municipal e está perfeitamente à vontade para estabelecer uma comparação com os outros Municípios nessa matéria. -----

----- Relativamente à questão ambiental, o Sr. Presidente informou que construíram a estação de tratamento de águas localizada no Ramirão e estão a construir a de Vila Ruiva. Quanto à questão empresarial referiu que foi no seu mandato que o maior empresário de Fornos de Algodres conseguiu duplicar o número de trabalhadores, o que só foi possível graças ao apoio prestado por este executivo. ---

----- No que diz respeito à fibra ótica, essa é uma competência do Governo Português na medida em que faz parte do seu Plano de Resiliência, não tendo a Câmara Municipal nem competência nem dinheiro para o fazer. -----

----- No concernente às despesas com o pessoal, houve realmente um aumento porque estão já a ser contabilizadas as pessoas que entraram para os quadros de pessoal ao abrigo da Delegação de Competências da Educação e, também, porque o executivo entendeu regularizar a situação das pessoas que trabalhavam para a Câmara precariamente, acrescentando que se forem contra a entrada destes precários deverão assumi-lo de uma vez por todas. -----

----- Relativamente às extensões de rede elétrica, o Sr. Presidente afirmou que todos os empresários agrícolas que se dirigem à Câmara Municipal nesse sentido são apoiados ou de uma maneira ou de outra.

----- Quanto à dívida, colocou-se uma questão premente relativamente ao pagamento dos vencimentos dos funcionários e irão continuar a falar da mesma durante os próximos anos, porque foi a herança que nos deixaram. -----

----- Relativamente às portagens referiu que quem propôs o seu pagamento no interior do país foi o líder do PSD, o Dr. Rui Rio e, nessa medida, estranha que tenham votado na Assembleia da República a diminuição das portagens e, depois, votam contra o Orçamento. Adiantou que se vão votar contra o Orçamento da Câmara vão votar contra as obras a realizar no próximo ano e contra a redução da taxa de IMI. -----

----- Em relação à questão das Juntas de Freguesia o Sr. Presidente referiu que se depararam com algumas dificuldades, no entanto, as rubricas estão abertas para que, aquando da introdução do Saldo de Gerência, se possa fazer alguma coisa. -----

----- Relativamente à intervenção do membro da assembleia Álvaro dos Santos acerca do caravanismo, o Sr. Presidente referiu que, certamente, quando elaboraram o projeto acautelaram de imediato a parte financeira e que aquando da submissão da candidatura não abordaram essa questão junto da Câmara Municipal, tendo sido apenas convidados para a assinatura do protocolo. -----

----- No que diz respeito ao saneamento da IPSS de Figueiró da Granja esclareceu que, a partir do momento em que resolvam a questão com o proprietário dos terrenos, arranjarão uma solução. Disse ainda, que a questão do saneamento básico é transversal a todo o concelho e para que a possam resolver é necessário apoio financeiro do Quadro Comunitário, cuja negociação está a ser feita através da intervenção das Comunidades Intermunicipais. Ainda assim têm feito muitas intervenções em termos de saneamento, nomeadamente a limpeza de todas as fossas do concelho, que há mais de vinte anos não era feita. -----

----- Quanto à intervenção do Membro da Assembleia Rui Furtado reconheceu que há algumas dificuldades quanto à rede viária, contudo, o dinheiro que irá ser gasto na remodelação do Mercado Municipal adveio de um Programa de Reabilitação Urbana do PARU e não poderia ser investido em estradas; de momento está a ser negociado um pacote nesse sentido, estando o Sr. Secretário de Estado

a solicitar a indicação de todas as estradas do concelho que se encontrem em mau estado, nomeadamente a estrada que liga a Muxagata às Fuinhas. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia colocou a linha c) à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria com quatro votos contra da Bancada do PSD, um voto contra do CDS e três votos contra dos Presidentes de Junta de Queiriz, Muxagata e Matança. -----

----- Passou-se de seguida à alínea d) da Ordem do Dia: "Demonstrações Financeiras do 1.º Semestre para conhecimento", tendo o Sr. Presidente da Câmara esclarecido que decorre da lei dar a conhecer à Assembleia Municipal as demonstrações financeiras do Município. -----

----- Não havendo intervenções acerca deste ponto, passou-se de imediato à alínea e) da Ordem do Dia: "Autorização de Celebração de Acordos de Execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que esta proposta visa atualizar os valores a transferir para cada Junta de Freguesia, já que anteriormente haviam sido feitos acordos no valor de trinta mil euros e que este processo deveria ter sido apresentado à Assembleia mais cedo; contudo, e depois de cumpridas todas as formalidades preveem que o remanescente seja pago até final do ano. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Cristina Guerra alertando para o facto de, após ter analisado este ponto e confrontado os artigos nele citados com a lei, constatou que a maioria foi revogada pela Lei N.º 50/2018 de 16 de agosto e, nessa medida, solicitou que se retirasse esta alínea da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que na reunião de câmara a Sra. Vereadora Joaquina Domingues apercebeu-se desses erros tendo sido os mesmos corrigidos de imediato, contudo, há a possibilidade de ter sido enviada aos membros da assembleia a primeira proposta. -----

----- A deputada Cristina Guerra referiu que não poderão votar um documento que não está conforme a lei. -----

----- O Sr. Presidente de Câmara reafirmou que a proposta foi alterada em reunião de Câmara e que votaram a proposta já retificada, mas que poderá ter havido um lapso no envio dos documentos, acrescentando que ao retirarem o ponto da ordem de trabalhos as Juntas de Freguesia não poderão receber o dinheiro até ao final do ano. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia propôs prosseguir com a Ordem de Trabalhos e deixar a discussão deste ponto para o final já com a apresentação da proposta retificada. -----

----- O membro da assembleia Manuel Gonçalves referiu que seria de bom senso a Câmara Municipal esclarecer o que aconteceu de modo a não prejudicar as Juntas de Freguesia. -----

----- O membro da assembleia Maria João Castanheira referiu que a assinatura de um acordo pressupõe que haja entre as partes uma discussão e um entendimento, todavia, com a freguesia da Matança não houve uma conversa prévia sobre o assunto. Acrescentou que ao ler o contrato constatou que há um alargamento das competências a delegar que não foi acompanhado do respetivo aumento a nível

económico e a nível de recursos humanos. Referiu, ainda, que em anos anteriores era atribuído por quilómetro quadrado o valor de duzentos e vinte e oito euros e oitenta e um cêntimos, uma vez que a freguesia da Matança tem 13,77 Km² e recebia, por ano, três mil cento e cinquenta euros e sessenta e sete cêntimos. No Mapa Financeiro atual a freguesia passa efetivamente a receber mais; no entanto não compreende qual foi o critério utilizado uma vez que a Matança foi contemplada com 2,39 hectares para a limpeza urbana e caminhos, havendo uma freguesia com 2,71 Km² que tem atribuídos 2,31 hectares para a mesma tarefa e outra freguesia com 6,44 Km² tem contemplados 5,51 hectares. Já no que respeita à poda das árvores, a Matança foi contemplada com trinta e cinco; contudo, só da entrada da freguesia até à escola primária há oitenta árvores. Quanto ao apoio técnico, referiu que este deveria ser mais operacional e para todos, na medida em que há freguesias que continuam a ter o apoio de um funcionário da Câmara Municipal a tempo inteiro. Relativamente à questão dos herbicidas já anteriormente havia dito ao Sr. Presidente da Câmara que precisava de apoio nomeadamente no suporte legal para a aplicação dos mesmos e, também, em recursos humanos, na medida em que têm de recorrer à contratação de serviços externos. -----

----- Interveio o membro da assembleia Álvaro Nobre referindo que o Sr. Arquiteto da Câmara Municipal ligou a alguns Presidentes de Junta a solicitar um inventário de árvores, a si não lhe ligaram e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Muxagata ligou-lhe um funcionário, ou seja, não é adotado o mesmo critério relativamente às Juntas de Freguesia. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que este documento foi elaborado pelos Técnicos da Câmara Municipal, aos quais foi transmitido que entrassem em contacto com todos os Presidentes de Junta no sentido de se fazer um levantamento do número de árvores em cada freguesia. O critério utilizado foi proceder à poda de todas as árvores que se encontrem em espaço urbano e não em espaço rural, desconhecendo se houve ou não alguma falha na comunicação com os Presidentes de Junta. -----

----- Relativamente aos herbicidas afirmou que houve um processo de licenciamento para proceder à aplicação dos mesmos, foi um processo moroso havendo, ainda, alguma dificuldade relativamente a esta questão, na medida em que acondicionaram os produtos junto ao campo de futebol e ainda não conseguiram registar os terrenos, que ainda se encontram em nome das "Terras Serranas". De qualquer modo, já têm licença para aplicar os herbicidas, já o fizeram na vila e irão fazê-lo em todas as Juntas de Freguesia porque sabe que a contratação deste serviço a uma entidade externa é muito dispendiosa. -----

----- Referiu, ainda, que o documento aprovado por unanimidade em reunião de Câmara foi o documento devidamente corrigido, acrescentando que estão a verificar o que se passou de modo a poderem votá-lo. -----

----- O membro da assembleia Maria João Castanheira solicitou o uso da palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara se ainda assim, não poderia responder às questões por ela colocadas relativamente à área das freguesias e ao número de hectares contemplados, afirmando que não é possível que estes valores sejam reais, uma vez que há freguesias de menor dimensão às quais foi atribuída mais verba. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que todos os dados são os refletidos no PDM (Plano Diretor Municipal) elaborado pelos técnicos, não havendo qualquer tipo de intenção em beneficiar ou prejudicar as Juntas de Freguesia. -----

----- O membro da assembleia Maria João referiu que lhes foi explicado que os duzentos e vinte e oito euros atribuídos por freguesia seriam para combustíveis, recursos humanos e maquinaria, não conseguindo entender neste caso, qual foi o valor a atribuir, na medida em que, no que respeita à Freguesia da Matança, o valor está incorreto porque só do Polidesportivo à Escola Primária há oitenta árvores e no total há cento e sete. A concluir referiu que está plenamente de acordo com a Delegação de Competências, mas o valor financeiro a atribuir terá de ser proporcional à área da freguesia e ao trabalho que efetivamente se lá faz e, para além disso há freguesias em desvantagem relativamente aos recursos humanos porque não têm nenhum funcionário. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara reafirmou que todo o processo foi feito com base nos dados recolhidos; no entanto, admite que possa ter havido algum erro, de qualquer modo, não está em condições de esclarecer essas questões sem a presença de um técnico. -----

----- O membro da assembleia Maria João afirmou que, se tivessem conversado sobre esta questão, certamente teriam chegado a um entendimento. -----

----- Interveio o membro da assembleia José Aurélio referindo que, considerando os erros que ali foram reportados e atendendo ao facto de, no seu entender, deverem considerar, também, as povoações de cada freguesia, e, atendendo ao facto de não ter havido uma reunião prévia, sugeriu a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos ficando a sua discussão para uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para o início do mês de janeiro, na parte que lhe toca, a custo zero, de maneira a serem mais justos com todas as Juntas de Freguesia. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, do ponto de vista legal, não é possível pagar no mês de janeiro questões referentes ao Orçamento do ano transato e que, se assim a Assembleia o entender, retirarão este ponto da Ordem de Trabalhos, ficando para discussão numa Assembleia Extraordinária a realizar em janeiro. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a retirada da alínea e) da Ordem de Trabalhos, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- Passou-se de seguida à alínea f) da Ordem do Dia: "Revisão do Plano de Ajustamento Municipal".

----- Relativamente a este ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o processo foi muito complicado, já que a primeira revisão proposta pelo Município não foi aprovada pela Direção do FAM, na medida em que propuseram uma redução na taxa de IMI de 0,40% e relativamente às outras taxas a Lei do FAM não o permite. Acrescentou que o documento foi elaborado pelos técnicos da Câmara Municipal, não havendo necessidade de recorrer a uma entidade externa e que reflete a redução da taxa de IMI para 0,43%. -----

----- Não havendo inscrições acerca deste ponto, foi o mesmo colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Passou-se de imediato à alínea g) da Ordem de Trabalhos: "Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis", tendo o Sr. Presidente da Câmara esclarecido que este processo foi moroso, na medida em que não bastou o parecer favorável do FAM, sendo necessário, também, consultar outras entidades, nomeadamente a Comissão Consultiva do FAM, a qual é composta pelo Presidente da Associação Nacional de Municípios, pelo Assessor do Ministério das Finanças e pelo Assessor da Secretaria de Estado da Administração Local; conseguiram uma redução de 0,43%, mas terão de continuar a lutar para alterar a lei do FAM e conseguir reduzir ainda mais, esta e outras taxas. -----

----- Interveio acerca deste ponto o membro da assembleia Rui Furtado, dando os parabéns pelo esforço do Município relativamente à redução das taxas, porque afeta financeiramente as pessoas do concelho e, também, as empresas no que diz respeito à derrama. Prosseguiu, referindo que esta redução de 0,45% para 0,43% é um início, mas não é suficiente e, nessa medida a Bancada do PSD solicita ao executivo que continue a envidar esforços nesse sentido, porque é uma das medidas mais importantes para a fixação de pessoas. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia Fernando Melo para esclarecer que a página do Facebook do Município não serve apenas promover ou para referir que a Sra. Vereadora Joaquina Domingues vota contra o Orçamento e vota contra o IMI; a Bancada do PSD vota contra o Orçamento, mas vota a favor da redução do IMI e daí a razão de o Orçamento vir num ponto da Ordem de Trabalhos e a redução do IMI noutra. -----

----- O Sr. Presidente afirmou que fica para a história que o PSD votou contra o Orçamento onde vinha contemplada a redução da taxa de IMI. Relativamente à intervenção do deputado Rui Furtado lembrou que no último mandato o PSD detinha a maioria na Assembleia Municipal e, caso assim o pretendessem, poderiam ter evitado a fixação da taxa de IMI no máximo, contudo quiseram livrar-se dessa responsabilidade, na medida em que, à data, a Bancada do PS propôs a diminuição das taxas com as consequências que daí poderiam advir. A concluir referiu que esta foi uma batalha de todos, salientando o contributo da Sra. Vereadora Joaquina Domingues; de qualquer modo fica para a história o voto contra do PSD. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea g) à votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- Ainda relativamente ao ponto anterior o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que apesar de ter sido retirado da Ordem do Dia, o documento que foi remetido aos membros da assembleia foi o correto e que, eventualmente, alguém teve acesso ao documento incorreto que foi à reunião de Câmara. -----

----- Face ao exposto, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez um interregno de alguns minutos para se esclarecer a questão. -----

----- Decorrido o interregno o Sr. Presidente da Câmara referiu que todas as questões da deputada Maria João Castanheira iriam ser esclarecidas e durante o mês de janeiro iriam resolver esta questão, vincando que o documento remetido aos membros da assembleia foi o documento já com as devidas alterações. -----

----- Passou-se à alínea h) da Ordem do Dia: “Renovação da deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de Fornos de Algodres datada de 29 de novembro de 2016, no âmbito da qual se procedeu à aprovação da abertura do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Administração Geral”. -----

----- Relativamente a este ponto, o Sr. Presidente da Câmara leu o seguinte documento: -----

“ Antes de mais esclarecer e concretizar por referência ao documento apenso à convocatória que foi remetida para os ex.mos senhores , que se submeta para votação desta Assembleia Municipal a proposta de composição do júri de procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Administração Geral, em cumprimento do N.º1 do art.º13º da Lei 49/2012 de vinte e nove de agosto, que o júri de recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal e é composto por um presidente e dois vogais. Assim, na consequência da aprovação em reunião extraordinária da Câmara Municipal de Fornos de Algodres realizada em 22/12/2020, propõe-se para a composição do júri do recrutamento do procedimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Administração Geral, as seguintes personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal: -----

Presidente: Dr. António José Amaral Almeida, Diretor do Núcleo da Segurança Social da Guarda; -----

Vogais efetivos: 1.º Vogal efetivo Dr. António José Dinis Miraldes, coordenador da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela; 2.º Vogal efetivo Dr. Jaime Lino Neto Pereira Pinto, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal do Sabugal; -----

Vogais suplentes: Dra. Maria Isabel Martins Henriques, Diretora do Núcleo Administrativo e Financeiro do Centro Distrital da Guarda; Eng. Paulo Manuel das Neves Santos, Chefe da Divisão Técnica Municipal da Câmara Municipal de Fornos de Algodres. -----

Importa, ainda, a este propósito, relevar que se impôs a necessidade desta nova deliberação em face da impossibilidade e indisponibilidade de elementos do júri anteriormente designado desempenharem as suas funções pois, como é sabido, procedeu-se à aprovação da abertura do procedimento concursal em reunião ordinária da Câmara Municipal de Fornos de Algodres ocorrida em 29 de novembro de 2016 com designação do júri do concurso aprovado em reunião da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres realizada no dia 23 de dezembro de 2016. O júri designado não empreendeu o respetivo procedimento concursal, pelo que, para que se possa efetivar o desenvolvimento e conclusão do procedimento concursal necessário ao provimento do cargo de Chefe de Divisão de Administração Geral, impõe-se esta nova designação. Mais aproveito o ensejo para dar nota da dificuldade de várias vezes, diga-se, arranjar gente para constar do júri.” -----

----- Interveio o membro da assembleia Cristina Guerra colocando esta questão à consideração da Mesa, uma vez que não está em conformidade com a lei que uma nova assembleia e um novo executivo ratifiquem um concurso de 2016, exprimindo a opinião de que deveriam abrir novo concurso. Acerca desta questão passou a ler um requerimento o qual se dá aqui como transcrito e, deste modo, será apenso à ata.

----- Seguiu-se o membro da assembleia Fernando Melo referindo que a Bancada do PSD está estupefacta perante este ponto da Ordem de Trabalhos, na medida em que se fala no ano de 2016, em que o executivo não era o mesmo e muito menos a Assembleia Municipal; deste modo questionou o Sr. Presidente da Câmara se existe algum processo criminal a decorrer referente a esta alínea, solicitando, em nome da Bancada do PSD que este ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos. -----

----- O membro da assembleia Luís Ginja solicitou o uso da palavra para referir que está ali como pessoa singular, e não em nome dos cargos que exerce fora da assembleia e, nessa medida, não vê nenhum impedimento ao seu direito de voto no que toca a este ponto, uma vez que não tem qualquer relação pessoal com o Dr. Américo Domingues. No seu entendimento, o que está em causa é a mudança do júri do concurso, e além disso, os executivos mudam, mas as responsabilidades mantêm-se. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que há um elemento do júri que não pode desempenhar esse papel, tendo em conta as funções que exerce, havendo necessidade de proceder à alteração do júri; assim sendo, o que está à votação é apenas essa alteração. -----

----- Em resposta à questão do membro da assembleia Fernando Melo, referiu que está habituado às denúncias anónimas e sabe ao que ele se quer referir ao fazer essa pergunta, acrescentando que há um processo que está em segredo de justiça, tendo já prestado declarações e mais não diz. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio referiu que deveriam abrir novo concurso e sujeitá-lo à deliberação da Assembleia Municipal, uma vez que votar a revogação de uma deliberação de 2016, constitui uma ilegalidade. -----

----- O membro da assembleia Cristina Guerra partilhou da opinião do deputado José Aurélio, acrescentando que no seu entendimento, a alínea h) não fala apenas na nomeação de um novo júri. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que o "N. º3 do art.º 27 da lei N. º2/2004 de 15 de janeiro com as alterações introduzidas pela lei N. º49/2012 de 29 de agosto, prevê que a nomeação de cargos de dirigentes em regime de substituição não se pode substituir por mais de noventa dias, salvo se estiver em curso o procedimento pendente à designação do novo titular. -----

----- O membro da assembleia Luís Ginja referiu que o concurso foi aberto em 2016; no entanto, houve uma desistência por parte de um dos elementos desse júri e, nessa medida, não se deu seguimento a esse concurso; acrescentou que se a Câmara tiver de abrir novo concurso que o faça, pressionando o júri, não vendo na deliberação deste ponto nenhuma ilegalidade. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso referiu que estão a pedir que se vote uma coisa completamente diferente do teor da alínea h) que diz, "renovação de deliberação tomada", exprimindo a opinião de que não deveria haver renovação, mas sim a abertura de um novo concurso; quanto à questão

da alteração do júri, estaria tudo bem caso a alínea h) se resumisse a isso. Assim sendo, solicitou que retirassem a alínea h) da Ordem do Dia e reformulassem o seu conteúdo, não vendo que haja urgência em deliberar sobre uma questão que demorou quatro anos. -----

----- O membro da assembleia Manuel Gonçalves referiu que ficou apreensivo perante o que ali ouviu, nomeadamente pelas questões formuladas nos requerimentos apresentadas pelo membro das Assembleia Cristina Guerra. -----

----- Depois de ouvidas as Bancadas, foi decidido por unanimidade retirar este ponto da Ordem do Dia.

----- Passou-se ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: "Outros Assuntos de Interesse Para o Concelho".

----- Iniciou as intervenções acerca deste ponto, o membro da assembleia José Aurélio referindo que integrou um executivo que deixou um empréstimo bancário, do qual deixou de fazer parte antes de contraírem a dívida, mas ao que sabe, os empréstimos foram votados ou na totalidade, ou na maioria, pela Bancada do PS; afirmou, ainda, que as obras foram realizadas e, nessa medida, tem de haver endividamento quer seja dessa grandeza ou não, não fazendo sentido continuarem a falar deste assunto, passados sete anos. Referiu, também, que o executivo terá de reduzir nas despesas correntes para ter dinheiro para as despesas de capital, começando pela redução dos quadros da Câmara e pela contratualização de serviços a empresas externas da especialidade para a limpeza de bermas e caminhos.

----- Ainda relativamente à limpeza das bermas das estradas reconheceu que o executivo fez um bom trabalho, mas urge fazer a limpeza da vegetação e das valetas. -----

----- Relativamente aos transportes escolares referiu que cerca das oito horas vai um autocarro à freguesia de Queiriz e, passados dez minutos, vai um autocarro da Câmara Municipal, desnecessariamente, buscar os alunos que frequentam a escola de Figueiró da Granja. No que respeita a esta escola, disse que não faz sentido estar aberta, dado o número reduzido de alunos, não vendo nisso qualquer interesse para o concelho. -----

----- O membro da assembleia Fernando Melo referiu que apesar da Sra. Vereadora Joaquina Domingues ter votado contra o Orçamento e não terem referido os seus motivos, deveriam ter mencionado que o funcionamento público da cantina que contribui para o desenvolvimento da economia local, foi uma ideia da Sra. Vereadora. Referiu, também, que ficou um pouco admirado com a intervenção que o Sr. Presidente da Câmara teve para consigo; contudo, tendo em conta as suas intervenções anteriores, nomeadamente com o membro da assembleia João Carlos Felício, já nada o surpreende. -----

----- Relativamente à questão do Centro de Desporto e Cultura caso o Sr. Presidente se estivesse a referir a esta associação, esclareceu que já realizou mais de dez projetos de ERASMUS em Fornos de Algodres e ajudou à realização de um Encontro Distrital de Associações de Juvenis há cinco anos que trouxe ao concelho cento e cinquenta jovens, acrescentando que a associação é escrutinada todos os anos pelo IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude), ainda que não lhe diga respeito. -----

----- Prosseguiu informando que houve um aluno da União de Freguesias de Juncais, Vila Soeiro e Vila Ruiva chamado Rafael Bento que frequenta a Universidade da Beira Interior, que concorreu à amostra nacional de jovens empreendedores com o projeto Urticária e que ganhou um prémio. -----

----- A concluir, agradeceu ao Arqueólogo António Carlos Valera pela reportagem que saiu na revista National Geographic e pelo trabalho que desenvolve na promoção do concelho e agradecer de igual modo, o apoio do Município à Elizabeth Trigo na apresentação do seu primeiro livro. -----

----- Interveio o membro da assembleia Manuel Gonçalves referindo que o processo relativo às Terras Serranas já deveria estar resolvido há muito tempo, questionando o Sr. Presidente da Câmara em que ponto está a situação. -----

----- Referiu que é urgente proceder a uma limpeza junto ao lagar da cooperativa até ao Esquerdo, de modo a facilitar a passagem aos caminhantes, sugerindo a criação de um passeio pedonal, ligando esta estrada à Av. 25 de Abril e à Rota dos Solares. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado José Aurélio, o Sr. Presidente da Câmara referiu que sempre defendeu a reconstrução da escola de Figueiró da Granja, assim como seria importante reconstruir outras escolas, de modo a diminuir os edifícios degradados que existem no concelho. Para além disso, no pacto estabelecido com a Comunidade Intermunicipal estava prevista a intervenção numa escola do 1.º Ciclo, sendo deliberado por unanimidade que essa escola seria a de Figueiró da Granja. Informou, também, que numa reunião em que esteve presente o anterior vereador do PSD, foi reivindicado por este que os alunos de Queiriz deveriam frequentar a escola de Figueiró da Granja. -----

----- Relativamente aos transportes referiu que aquando da elaboração do plano decidiram que esta seria a melhor opção para as crianças; no entanto, caso seja necessário poderão proceder à sua alteração. -----

----- Quanto à Serra da Esgalhada referiu que foram interpostos dois processos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, o qual informou que não tinha competência para o efeito, tendo sido o processo remetido para o Tribunal Civil onde decorre a sua análise. -----

----- Relativamente à intervenção do membro Fernando Melo referiu que nem o Sr. Presidente nem o Secretário retiram ou acrescentam afirmações às atas. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida, a referida minuta foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- Passou-se ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos: "Intervenção do Público". -----

----- Pretendeu intervir o Sr. Marco Paulo Ferreira dos Santos, que fez chegar à Mesa da Assembleia um requerimento dirigido ao Sr. Presidente da Câmara, solicitando o esclarecimento dos seguintes assuntos: -----

----- 1 – Ponto de situação da ligação dos esgotos do ERPI da Liga de Amigos de Figueiró da Granja;

----- 2 – Saber o porquê de ainda não ter sido pago o montante em dívida à Junta de Freguesia de Figueiró da Granja;

----- 3 – O porquê de o Sr. Presidente da Junta de Figueiró da Granja não ter sido convidado para marcar presença no início das obras da Escola Primária de Figueiró da Granja. -----

----- Em relação ao primeiro ponto, o Sr. Marco Santos referiu que tem reformulado a pergunta sem nunca obter uma resposta fundamentada, dizendo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal faltou à verdade à Assembleia Municipal, uma vez que há um cabimento porque já havia um acordo para a passagem dos esgotos e, mais tarde, foi descabimentado. -----

----- Referiu ainda que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja colocou uma questão numa assembleia anterior quanto a uma possível dívida do Município para com a Junta de Freguesia e, nesse sentido, questionou o Sr. Presidente da Câmara se reconhece ou não essa dívida e se já foi paga. -----

----- Quanto ao último ponto referiu que o Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja foi ignorado e denegrido ao não ser convidado para o início de uma obra na sua própria freguesia. A concluir referiu que há tempos colocou ali uma questão que nunca obteve resposta, sobre o cargo de Chefe de Divisão, constatando que está em cima da mesa a abertura de um concurso e, nessa medida, perguntou se, até à data, a pessoa cumpriu ou não os requisitos para o cargo que exerce. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que já abordou o primeiro ponto quando respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Figueiró da Granja. No que concerne ao segundo ponto disse não reconhecerem a dívida e quanto ao terceiro ponto referiu que não houve inauguração da obra e apenas estiveram presentes numa reunião de trabalho. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente 

O Primeiro Secretário 

O Segundo Secretário 